



Novo regime especial para o pagamento de precatórios vai à Câmara

Proposta de José Serra foi aprovada por unanimidade no Senado após inclusão de emenda apresentada por Fernando Bezerra, que reduziu o percentual de recolhimento nos municípios e estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste

A PEC que cria novo regime especial de pagamento de precatórios, com prazo máximo de dez anos, foi aprovada pelo Plenário. Para saldar os precatórios vencidos e a vencer, os estados e municípios deverão fazer depósitos mensais em uma conta especial. Emenda reduziu de 1,5% para 0,5% da receita corrente líquida o mínimo que entes federativos do Norte, Nordeste e Centro-Oeste terão que recolher. **3**



Plenário do Senado, em sessão presidida por Renan Calheiros (C), aprovou proposta de José Serra (de gravata vermelha)

Aluno deve ter orientação em escolha de curso

Alunos do ensino fundamental poderão receber orientação para escolha de curso técnico ou superior. A proposta é de estudantes que participaram do Projeto Jovem Senador. O serviço será gratuito e oferecido a alunos da rede pública e a bolsistas da rede privada. O texto terá mais uma votação em Plenário, antes de ir à Câmara. **3**

Falta consenso sobre PEC que afeta ação trabalhista **6**

Texto busca inibir uso de anabolizantes **4**

Proposta dá mais liberdade de gastos a estados **3**

Verba recuperada de corrupção pode ir para educação **7**

Liberação de novos remédios pode ficar mais ágil **4**

Plenário vai votar fim de reeleição para presidente

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem proposta de emenda à Constituição estabelecendo que presidente, governadores e prefeitos fiquem inelegíveis para os mesmos cargos no período seguinte. O texto, que também cria regras mais duras para criação de partidos, vai a dois turnos no Plenário. Antonio Carlos Valadares, relator, acha que a crise política atual não existiria caso a reeleição não fosse permitida em 2014. **7**



Antonio Carlos Valadares apresentou o substitutivo que foi aprovado ontem



Proposta de Aécio visa reduzir perdas de arrecadação e foi aprovada em comissão

Projeto sobre repasses para estados e municípios tem avanço

Projeto que obriga a União a fazer transferências complementares aos fundos dos estados, municípios e regionais sempre que houver ampliação

da receita federal foi aprovado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e segue para a de Assuntos Econômicos. **5**

Ambientalistas defendem redução do desmate legal

Na Comissão Mista de Mudanças Climáticas, especialistas disseram que o Brasil, para cumprir as metas apresentadas na COP-21 de redução das emissões de gases do efeito estufa, deverá

investir na diminuição do desmatamento permitido por lei. Segundo eles, já há incentivos para que as áreas verdes nessa situação sejam preservadas, mas ainda não são executados. **2**

Fernando Bezerra Coelho, relator da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, conduz a audiência pública



Renan garante isenção sobre processo de Dilma

O presidente do Senado, Renan Calheiros, reiterou ontem que é preciso aguardar a decisão da Câmara sobre o impeachment antes de definir um eventual calendário a ser observado pelos senadores. "A única coisa que posso garantir é que, caso o processo chegue ao Senado, eu o conduzirei com isenção", afirmou. **8**

Pedro Franco/Agência Senado



José Miguez, do Ministério do Meio Ambiente, fala no debate ao lado do senador Fernando Bezerra (C), relator da comissão

Audiência aponta formas de reduzir desmatamento legal

Segundo especialistas em questões ambientais, Brasil precisa combater também esse tipo de desmate para conseguir atingir meta de redução de emissões de gases do efeito estufa apresentada na COP-21

REDUZIR O DESMATAMENTO legal é um dos desafios para que o Brasil cumpra a meta de diminuição de emissões de carbono apresentada no ano passado na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-21), em Paris. A conclusão é de especialistas que participaram ontem de uma audiência pública na comissão mista que trata das mudanças climáticas.

Tiago Reis, do Observatório do Código Florestal, afirmou que a legislação oferece uma solução para as áreas excedentes das reservas legais, onde o desmatamento é permitido. Ele citou incentivos econômicos previstos na lei e a cota de reserva ambiental. O mecanismo consiste em títulos que representam uma área de cobertura de vegetação natural numa propriedade e que podem ser usados para compensar a falta de reserva legal em outra.

— Nenhum desses meca-

nismos está em prática. É um problema que compromete a implementação da meta brasileira de redução dos gases de efeito estufa — alertou.

Reis disse que cada setor tem um papel para garantir a aplicação do código. No setor privado, as empresas precisam demandar o cumprimento das regras por seus fornecedores. O terceiro setor deve monitorar e avaliar o cumprimento. O setor público, por sua vez, tem o papel de avançar na regulamentação dos programas de regularização ambiental, o que poucos estados fizeram.

O pesquisador da Embrapa Gustavo Mozzer, que representou o Ministério da Agricultura, concorda que as INDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas Pretendidas, na sigla em inglês), documento que contém as metas do país para a redução das emissões, não toleram mais o aumento do desmatamento.

Para ele, é preciso focar no

aumento da sustentabilidade nos sistemas produtivos brasileiros, fazendo com que se produza melhor nas áreas que já são usadas para a agricultura. Essa mudança é essencial para a continuidade da atividade produtiva, que depende de fatores ambientais. O Brasil, segundo o pesquisador, já tem tecnologia e legislação para isso.

— Apenas com a manutenção da estrutura necessária para a melhoria da resiliência e da sustentabilidade é que um agricultor que não tem a possibilidade de expandir para novas áreas permanecerá ativo, funcional e eficiente por longos períodos de tempo — disse.

Para José Miguez, secretário de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, o cálculo das INDCs do Brasil foi conservador. Apesar de ser a maior meta em termos absolutos entre os países da COP, disse, ela é factível e sensata.

Senadores discutirão andamento das obras de Belo Monte

O Senado decidiu fazer dois debates sobre o andamento das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, na região de Altamira (PA). As datas ainda serão marcadas.

Um dos debates abordará as possíveis soluções para as pendências na construção da usina hidrelétrica e ocorrerá na subcomissão criada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para tratar do empreendimento.

O outro debate será sobre os impactos da paralisação das obras das linhas de transmissão do sistema de Belo Monte. A discussão será na Comissão de Infraestrutura (CI).

Os debates foram propostos por Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Do primeiro, na subcomissão, deverão participar o

chefe do escritório especial da Secretaria de Governo da Presidência da República em Altamira (PA), Márcio Fontes Hirata; a presidente do Ibama, Marilene Ramos; o presidente da Norte Energia, Duilio Diniz de Figueiredo; o prefeito de Altamira, Domingos Juvenil, a procuradora federal Thais Santi; e a secretária-adjunta de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do Pará, Maria Amélia Enríquez.

No segundo debate, na CI, deverão falar o ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga; o presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica, Romeu Rufino; o presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, Humberto Barbatto; e o diretor-geral da Abengoa Brasil, Luis Maria Solaro Mascari.

De acordo com Flexa, a interrupção das atividades da empresa espanhola Abengoa, responsável pelas obras, resultará em prejuízos para indústrias que fornecem equipamentos para as linhas de transmissão.

O senador afirmou que a paralisação já resultou na demissão de 6 mil empregados do setor.

Belo Monte será a terceira maior hidrelétrica do mundo, atrás da Usina de Três Gargantas, na China, e da Usina de Itaipu, na fronteira com o Paraguai.

A construção é polêmica. Organizações sociais criticam os impactos ambientais e as consequências para os indígenas. Por outro lado, os defensores apontam o potencial econômico, social e energético.

Ministério do Turismo quer adotar modelo de transparência do Senado

Representantes do Ministério do Turismo estiveram ontem no Senado para conhecer as ações de transparência da Casa.

O ministério trabalha na construção de uma agenda de transparência e quer utilizar o manual do Índice de Transparência do Poder Legislativo como modelo, com a possibilidade de estendê-la a outros órgãos do Poder Executivo.

— Sempre ouvimos boas referências sobre a agenda de transparência do Senado, especialmente o Índice de Transparência do Poder Legislativo. Queremos conhecer as boas práticas para adaptá-las à nossa

realidade — afirmou Ítalo Oliveira Mendes, diretor de Administração da Secretaria-Executiva do Ministério do Turismo.

O Índice de Transparência considera a participação e o controle social, a transparência legislativa, a transparência administrativa e a aderência à Lei de Acesso à Informação.

— É um trabalho de referência que tem servido às Casas legislativas e a outros órgãos públicos. O manual do Índice de Transparência não é nosso, é do Brasil. Estamos disponíveis para a sociedade — disse Elga Lopes, diretora da Secretaria da Transparência.



Elga Lopes, do Senado, recebe representantes do Ministério do Turismo

Secretaria de Transparência

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



CRA Produção de cacau

8h Reunião deliberativa com 16 projetos, como o PLC 100/2014, que institui a Política de Estímulo à Cacaicultura no Sistema Cabruca, e o PLC 215/2015, que inclui o leite na política de garantia de preços mínimos.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

10h A PEC 45/2009, que dispõe sobre atividades de controle interno, abre a pauta.

CRE Sabatina

10h Sabatina dos indicados para os cargos de embaixador do Brasil na Mauritânia; no Timor-Leste; e na África do Sul, no Lesoto e em Maurício.

CÓDIGO DE AERONÁUTICA Relatório

10h15 Comissão responsável por atualizar o Código Brasileiro de Aeronáutica se reúne para votar o relatório final.

PRESIDÊNCIA Ordem do dia

11h O presidente Renan Calheiros dirige a ordem do dia da sessão plenária.

MP 707 Votação

11h Análise do relatório da MP 707/2015, que renegocia dívidas de agricultores e caminhoneiros.

MP 700 Relatório em análise

11h30 Votação do relatório da MP 700/2015, que altera regras em desapropriações por utilidade pública.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, reunião da Comissão de Relações Exteriores. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Emenda de Bezerra a proposta de Serra, reduzindo o percentual de recolhimento nos municípios e estados de regiões menos desenvolvidas, permitiu o consenso para aprovação de novo regime especial

Senado aprova mudança no pagamento de precatórios

O SENADO APROVOU ontem a proposta de emenda à Constituição que cria novo regime especial de pagamento de precatórios com prazo máximo de dez anos. A PEC 152/2015, apresentada por José Serra (PSDB-SP), recebeu 60 votos favoráveis na votação em primeiro turno e 54 votos favoráveis no segundo turno. Não houve votos contrários nem abstenções. A proposta segue para a Câmara.

Para saldar os precatórios, vencidos e a vencer, os estados, o Distrito Federal e os municípios devedores depositarão mensalmente, em conta especial, 1/12 do valor, a ser calculado percentualmente sobre as respectivas receitas correntes líquidas apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento. Emenda de Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) reduziu o percentual que estados e municípios do Norte, Nordeste e Centro-Oeste terão que recolher.

— Ao invés de 1,5% da receita corrente líquida, para esses entes o percentual mínimo foi reduzido para 0,5% da receita corrente líquida. Acho que agora temos um texto adequado, ideal, importante, que responde à angústia e aos reclamos dos estados da Federação brasileira — comemorou Bezerra.

Senadores elogiaram a participação de Bezerra para que a matéria fosse aprovada por consenso. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que a emenda deu mais equilíbrio à proposta, fazendo com que cada ente federativo dispense de acordo com o volume de precatórios que paga.

— As unidades federativas situadas nas regiões acatadas pela emenda têm débitos precatórios significativamente inferiores aos que se situam em outras — afirmou.

José Serra (PSDB-SP) comemorou a aprovação unânime.

— Ninguém pode ser contra esse projeto, porque ele alivia a



Renan preside sessão do Plenário que aprovou PEC por unanimidade ontem

situação e torna a evolução da questão dos precatórios mais racional. E eu diria, a partir dos contatos que mantive, que o Supremo tenderá a acolher essa medida. É uma opinião, não é uma certeza — disse.

Já Simone Tebet (PMDB-MS) disse ter dúvidas quanto à concordância do tribunal com a decisão dos senadores, “uma vez que o Supremo já determinou a inconstitucionalidade do regime especial e já fixou o prazo de cinco anos”.

Atraso

Precatórios são requisições expedidas pelo Judiciário para cobrar dos estados, municípios ou da União o pagamento de valores devidos após condenação judicial. Pela proposta, os recursos depositados na conta especial não poderão retornar para os entes. Pelo menos 50% da verba serão utilizados para pagamento de precatórios em ordem cronológica. A PEC prevê ainda que, caso haja atraso na liberação dos recursos, o chefe do Poder Executivo responderá segundo legislação de responsabilidade fiscal e de improbidade administrativa.

A intenção do autor é diminuir o estoque de precatórios pendentes, agilizar os pagamentos e responsabilizar os gestores públicos em caso de não cumprimento da norma.

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os três entes públicos (União, estados e municípios) acumulavam em junho de 2014 uma dívida de R\$ 97,3 bilhões em precatórios

emitidos pelas Justiças dos estados, Federal e do Trabalho.

Previsto no artigo 100 da Constituição, o sistema de precatórios já foi alvo de várias mudanças, uma delas promovida pela Emenda 62, que reservou parcela da receita corrente líquida (RCL) para o pagamento de precatórios, com 15 anos de regime especial de pagamento.

Em 2013, no entanto, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional o prazo de 15 anos previsto na Emenda 62, mas a decisão teve de ser modulada pelos ministros, visto que os entes federados não teriam condição de pagar de imediato todo o saldo acumulado dos precatórios ao longo de décadas. Assim, a modulação manteve o regime especial de pagamento por mais cinco anos, até 2020.

Adiamento

A PEC 159/2015, por sua vez, continua na pauta. A proposta permite o financiamento da parcela que ultrapassar a média do comprometimento percentual da receita corrente líquida dos estados, Distrito Federal e municípios nos cinco anos imediatamente anteriores. O texto também autoriza o pagamento parcelado, em até seis exercícios, de precatório com valor superior a 15% do montante dos precatórios apresentados. A PEC passou por todas as sessões de discussões em primeiro turno, mas por falta de consenso, teve a votação adiada.

Audiência pública com Eugênio Aragão é cancelada

A audiência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) com Eugênio Aragão, marcada para ontem, foi cancelada. O Ministério da Justiça enviou comunicado à CCJ informando que Aragão ficou impossibilitado de participar, pois uma decisão judicial havia suspenso sua nomeação como ministro. Ele falaria sobre a Operação

Lava Jato e explicaria declaração de que trocaria a equipe da Polícia Federal se sentisse “cheiro de vazamento”.

A juíza Luciana de Moura, da 7ª Vara da Justiça Federal de Brasília, alegou que a Constituição proíbe integrante do Ministério Público de assumir cargo no Executivo. Aragão se licenciou do cargo de subpro-

curador-geral da República para assumir a pasta.

O vice-presidente da CCJ, José Pimentel (PT-CE), informou que o requerimento para a audiência, de Ricardo Ferraço (PSDB-ES), está mantido e que Aragão poderá falar à comissão, se continuar no cargo. Ontem à tarde, a liminar que suspendeu a nomeação foi derrubada.

Alunos poderão receber orientação vocacional gratuita

O Plenário aprovou ontem projeto que institui a oferta de serviço de orientação profissional para estudantes do ensino fundamental. A ideia da proposta, que foi sugerida por alunos participantes do Projeto Jovem Senador, é ajudar os alunos na escolha de curso técnico oferecido no ensino médio ou de curso superior. O PLS 426/2015 ainda passará por um turno suplementar de votação no Plenário antes de ir à Câmara.

Terão direito ao serviço de orientação profissional especializada estudantes da rede pública e bolsistas integrais da rede privada, a partir do último ano do ensino fundamental. A proposta original previa a orientação profissional somente a partir do 2º ano do ensino médio.

O relator, Donizeti Nogueira (PT-TO), lembrou que a profissionalização no Brasil já começa no ensino médio, razão pela qual ele alterou o

projeto para que a orientação começasse no último ano do ensino fundamental.

Segundo o senador, a orientação é relevante, pois permite economia de recursos, “seja evitando o desperdício do investimento em formação, seja contribuindo para o aumento de produtividade”. Ele frisou que muitos jovens iniciam cursos superiores e depois interrompem porque não se identificam com o curso. Com a orientação vocacional, disse, as desistências diminuirão, economizando recursos das famílias, da União e do estado.

Únicos a se posicionarem contra, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Blairo Maggi (PR-MT) manifestaram receio com os gastos para estados e municípios. Blairo disse que cerca de 80% das pessoas não atuam nas áreas de formação porque tiveram oportunidades em outras atividades. Para o senador, a orientação não corrigirá o problema.

Desvinculação de receita passa em primeiro turno

O Plenário aprovou ontem, em primeiro turno, substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 143/2015, que permite aos estados e aos municípios retirar das vinculações obrigatórias 25% das suas receitas direcionadas a áreas específicas, como saúde e educação. A PEC ainda será votada em segundo turno.

O substitutivo apresentado por Romero Jucá (PMDB-RR) incluiu a prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU), com o mesmo percentual de 25% da arrecadação obtida de impostos e contribuições federais, já instituídos ou que vierem a ser criados nos próximos quatro anos. O governo encaminhou à Câmara a PEC 87/2015, com o mesmo objetivo, mas des-

vinculando 30% das receitas. A proposta ainda não foi votada.

O mecanismo não poderá reduzir a base de cálculo das transferências a municípios e também exclui a arrecadação da contribuição social do salário-educação. O texto original, de Dalírio Beber (PSDB-SC), previa desvinculação até 2023. Porém, para acelerar a votação, Jucá acatou sugestão do PSB para que a desvinculação vigorasse por quatro anos, a partir da promulgação da proposta.

A proposta gerou polêmica e dividiu os senadores em Plenário. Randolfe Rodrigues (Rede-AP) foi contrário à PEC. Beber sustentou que os estados e os municípios não podem criar contribuições como a União.

Douglas apoia novas regras para Seguro de Crédito à Exportação

A medida provisória que alterou as regras do Seguro de Crédito à Exportação (SCE), incluindo as seguradoras e os organismos internacionais como utilizadores do seguro, foi defendida em Plenário por Douglas Cintra (PTB-PE). O relatório do senador, favorável à MP 701/2015, foi aprovado na terça-feira na comissão mista especial. Segundo ele, a medida beneficia a economia nordestina.



Ann Volpe/Agência Senado

Agronegócio permite que MT cresça apesar da crise, diz Medeiros

José Medeiros (PPS-MT) atribuiu o sucesso do agronegócio em Mato Grosso ao trabalho dos produtores da região. Para ele, é “um Brasil que o Brasil não conhece” e que cresce em meio à crise.

— Aqui em Brasília tem um ano que debatemos o presente, sem pensar no futuro. Em Mato Grosso debatemos os próximos 20, 40 anos: nova matriz energética, nova economia, saídas para os gargalos impostos pelo Estado, a falta de logística.



Moreira Mariz/Agência Senado

Comissão aprova agilidade para registro de remédios

Segundo o senador José Serra, autor do projeto, um medicamento novo demora em média 500 dias para ser registrado pela Anvisa, e um genérico, 1.000 dias, apesar de o prazo atual ser de 90 dias

AGILIZAR E TORNAR mais transparentes os processos de registro de medicamentos é o objetivo de projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta, que será submetida a turno suplementar de votação na próxima semana, também obriga a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) a informar as empresas interessadas sobre a tramitação do processo.

Segundo o autor do PLS 727/2015, José Serra (PSDB-SP), a Lei 6.360/1976, que trata da questão, está ultrapassada. Apesar do prazo atual de 90 dias, segundo o parlamentar, um medicamento novo demora, em média, 500 dias e um genérico, 1.000 dias, para serem registrados pela Anvisa.

O projeto de Serra mantém os atuais 90 dias de prazo apenas para o registro de remédios “urgentes”, mas os classificados como “prioritários” teriam 180 dias e os demais, os chamados medicamentos gerais, 360 dias.

O relator, Waldemir Moka (PMDB-MS), defendeu a aprovação do projeto. Para ele, as novas regras propostas “têm potencial para combater os atrasos nesse processo e



Relator, Moka diz que as novas regras têm potencial para combater os atrasos

aumentar a transparência das decisões da Agência, beneficiando a saúde pública”.

A proposta de Serra também altera a Lei 9.782/1999, com o objetivo de melhorar o desempenho da Anvisa. Entre outras medidas, o texto estabelece que, em caso de descumprimento injustificado das metas e obrigações pactuadas pela agência, por dois anos consecutivos, os membros da diretoria colegiada serão exonerados, mediante solicitação do ministro da Saúde. O texto atual da lei prevê a exoneração apenas do diretor-presidente.

Moka acatou emenda de Lúcia Vânia (PSB-GO), que propõe outras alterações nessa lei. A emenda estabelece

prazos para a apresentação de recursos pelas empresas e para a deliberação da Anvisa sobre os recursos. Também exige que a edição de normas sobre matérias de competência da Anvisa seja acompanhada, sempre que possível, de estudos de impacto econômico e técnico no setor regulado e de impacto na saúde pública. A exigência é dispensada nos casos de risco à saúde pública.

A redução dos prazos para registro de medicamentos é uma cobrança da indústria farmacêutica e um desafio para a Anvisa e o Ministério da Saúde. Se for aprovado no turno suplementar, o texto seguirá para a Câmara dos Deputados.

Academias devem alertar sobre risco de anabolizante

As academias de ginástica e estabelecimentos esportivos poderão ser obrigados a afixar, em suas dependências, mensagens de advertência sobre os riscos do uso de anabolizantes sem indicação médica. É o que estabelece projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Conforme o texto, que ainda passará por turno suplementar de votação antes de ser encaminhado à Câmara, o Poder Executivo vai definir as competências de órgãos e entidades da administração federal que serão encarregados de aplicar as sanções da lei.

O texto aprovado é resultado de alterações feitas pela relatora, Marta Suplicy (PMDB-SP), no PLS 120/2015, apresentado por Davi Alcolumbre (DEM-AP).

O projeto original obrigava a afixação de advertência apenas quanto aos riscos do uso indiscriminado de anabolizantes. Para Marta, essa redação “referenda o emprego com finalidade exclusiva de aprimorar o desempenho de atletas”.

Ela ressalta que os anabolizantes só devem ser usados por indicação médica para tratamento de doenças que afetam o sistema endócrino.

“Seu emprego com finalidade estética, para aumentar a massa muscular ou para melhorar o desempenho, não está no rol das indicações lícitas dos produtos em questão”, afirma a relatora.

Conforme a Lei 9.965/2000, os anabolizantes só podem ser vendidos com prescrição médica e as farmácias são obrigadas a reter a receita por cinco anos.

Testosterona

Os esteroides anabólicos androgênicos (EAAS) são substâncias sintéticas, derivadas do hormônio sexual masculino, a testosterona. Foram criados para fins terapêuticos, mas, devido aos seus efeitos de aumento da massa muscular, são utilizados, muitas vezes indiscriminadamente, por praticantes de atividades físicas e esportivas.

Davi Alcolumbre alerta para os riscos que envolvem o uso abusivo dessas substâncias. Entre os mais comuns, estão casos de irritação, agressividade, acne grave, atrofia do volume testicular, redução da contagem de espermatozoides, infertilidade, impotência sexual, calvície, aparecimento de tumores no fígado e alteração no colesterol.

Projeto fixa critérios socioambientais para biocombustível

A produção de biocombustíveis poderá passar a ser regida por critérios socioambientais, entre os quais a não utilização de trabalho infantil e trabalho escravo em qualquer das etapas do processo produtivo e o uso de matérias-primas produzidas conforme normas do zoneamento ecológico-econômico (ZEE).

A medida está prevista no PLS 388/2009, aprovado ontem na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). O texto visa expandir a participação da produção brasileira de etanol gerado a partir de cana-

-de-açúcar e de biodiesel no mercado mundial.

O projeto também determina que as usinas sejam certificadas pelo Instituto Nacional de Metrologia (In-

metro) e prevê que a produção de biocombustíveis só poderá ser iniciada após emissão da licença ambiental responsável.

A matéria-prima utilizada não poderá vir de unidades

de conservação e os procedimentos adotados em toda a cadeia de produção devem seguir acordos e convenções internacionais.

O autor, Valdir Raupp (PMDB-RO), acredita que a adoção desses critérios abrirá o mercado mundial ao biocombustível brasileiro. Segundo ele, garantias de sustentabilidade são cada vez mais exigidas nesse setor, sobretudo em países europeus.

O relator, Roberto Rocha (PSB-MA), também considera que as medidas previstas no projeto ampliarão as oportu-

nidades de exportação de biocombustíveis. Ele apresentou emenda, no entanto, para excluir um dos critérios sugeridos por Raupp, que condiciona a modernização dos processos produtivos à preservação de empregos. Para ele, essa regra inviabilizaria a atividade produtiva.

O projeto recebeu o apoio de todos os senadores presentes à reunião, presidida por Garibaldi Alves (PMDB-RN). O PLS segue agora para análise da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).



Proposta foi aprovada por unanimidade na reunião, presidida por Garibaldi

Texto reduz frete para transporte hidroviário

Impostos incidentes sobre a navegação de cabotagem podem ser reduzidos, conforme projeto aprovado ontem na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Esse é um sistema de transporte de cargas entre portos brasileiros por via marítima, rios e lagos. O texto vai para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O PLS 421/2014, da senadora licenciada Kátia Abreu

(PMDB-TO), acaba com a taxa de 10% sobre o frete de mercadorias movimentadas por transporte hidroviário no país. Também revoga cobrança de 40% sobre o transporte de líquidos, como petróleo e óleos vegetais, nas Regiões Norte e Nordeste. As duas tarifas compõem o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante, criado para o desenvolvimento da

Marinha Mercante e da indústria de construção naval.

— O adicional drena recursos para o Tesouro Nacional — disse o relator, Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

Para ele, a desoneração não prejudicará investimentos no setor, uma vez que a taxa sobre a navegação de cabotagem equivale a apenas 1% do montante arrecadado com a navegação de longo curso.

Relatório final sobre reforma do Código de Aeronáutica será votado hoje

O relatório final da Comissão de Especialistas de Reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA) deverá ser votado hoje, às 10h15. As mudanças foram propostas dado o avanço da tecnologia e da legislação do setor.

As alterações incluem desburocratização das atividades aeroportuárias;

adoção de novo modelo de tarifas; a regulamentação do uso de drones; maior apoio a familiares de vítimas de acidentes; punição rigorosa aos passageiros que não respeitem conduta nos aviões; e o fim da indenização por cancelamento ou atraso de voos quando provocados por motivos de força maior.

Avança aumento de repasses para municípios

Projeto que determina transferências complementares aos fundos dos estados, das prefeituras e regionais sempre que a receita da União crescer foi aprovado ontem pela CCJ

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto que reduz perdas relativas de estados e municípios na partilha das receitas tributárias da União ao longo das últimas décadas.

O PLS 222/2011 obriga a União a realizar transferências complementares aos Fundos de Participação dos Municípios (FPM) e dos Estados (FPE) e também aos Fundos de Desenvolvimento Regional, sempre que houver ampliação da receita federal. A proposta segue para a análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O autor, Aécio Neves (PSDB-MG), considera que houve forte aumento da carga tributária no país ao longo dos anos, mas os governos estaduais e municipais ficaram “só com as migalhas dos recursos públicos”. Segundo o senador, isso decorreu da instituição de contribuições econômicas e do aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), receitas não compartilháveis pela União com estados e municípios. Outro motivo, segundo Aécio, foi a ampliação da oferta de incentivos fiscais por parte do governo federal, feita sobretudo com base em impostos cujas receitas são

compartilhadas com os entes da Federação.

— O caso mais notório foi o da isenção de IPI para a indústria automobilística. Estados, prefeituras e fundos regionais arcaram com mais da metade dessa isenção — destaca.

Esvaziamento

Aécio alega que o esvaziamento dos fundos de participação foi marcante entre 2002 e 2010, quando a receita líquida federal cresceu de 17,86% para 19,26% do PIB, mas as transferências a estados e municípios permaneceram praticamente estagnadas, passando de 3,8% para 3,85% do PIB. No mesmo período, a fatia dos entes subnacionais no bolo de receitas tributárias federais encolheu de 27% para apenas 19,4%.

— Se a participação dos governos estaduais, municipais e das regiões menos desenvolvidas na receita tributária da União em 2010 fosse igual à que tinham em 2002, eles teriam recebido R\$ 42,6 bilhões a mais do que os cerca de R\$ 109 bilhões devidos.

O apoio financeiro, pela proposta de Aécio, será devido sempre que for positiva a diferença, mensalmente apurada, entre um percentual fixo a



Projeto de Aécio Neves passou ontem na Comissão de Constituição e Justiça

ser aplicado a todo o bolo da receita tributária federal e o valor dos recursos que já seriam normalmente repassados.

Para o cálculo do aporte extra ao FPM e ao FPE, o percentual a ser aplicado sobre as receitas será, respectivamente, de 13,2% e 12,1%. No caso dos fundos regionais, o repasse adicional resultará da diferença entre a aplicação de 1,7% sobre a arrecadação federal e o somatório das aplicações realizadas pelos respectivos fundos. Calculado o valor, os recursos extras serão direcionados aos programas de financiamento do setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Na base de cálculo dos

tributos federais não entrará, contudo, a contribuição previdenciária dos servidores públicos e as contribuições sociais dos empregadores e dos trabalhadores segurados da Previdência Social.

Adicionais

Um dos artigos estabelece ainda que os valores das entregas adicionais aos fundos, de acordo com o cálculo indicado, serão reduzidos em 60% no primeiro mês de apuração. Depois, o redutor diminuirá em um ponto percentual por mês, até que se atinja o valor integral do repasse extra.

Outro dispositivo determina que a Lei Orçamentária Anual (LOA) indique as dotações

necessárias à cobertura das despesas previstas na lei proposta.

Emendas

O relator, José Agripino (DEM-RN), sugeriu emendas ao projeto, para que o cálculo da repartição da quota-parte adicional em favor de cada estado e município seja feita pelo Banco do Brasil. Ao Tribunal de Contas da União (TCU), o relator reservou apenas a atribuição de fornecer os coeficientes para cálculo da distribuição dos recursos.

Na justificativa, Aécio afirma que “se houve razões políticas e meios legais, jurídicos, orçamentários e financeiros para que o governo federal ajudasse prefeitos e governadores a enfrentar a crise financeira global, nada impede que os mesmos motivos e meios sejam mobilizados para ajudar também os estados e municípios a enfrentar a crise federativa, fruto de um processo fiscal centralizador imposto nos últimos anos”. O autor sugeriu alterações em dispositivos que instituíram auxílios aos estados e municípios depois da crise de 2008 — as Leis 12.058/2009 e 12.306/2010, resultantes de medidas provisórias.

Vai a Plenário extensão de prazo de contratos de prestação de serviços

O prazo de prestação de serviço nos contratos entre empresas poderá ser superior a quatro anos, segundo projeto aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O PLC 195/2015, do deputado Betinho Gomes (PSDB-PE), segue para o Plenário do Senado.

O relator na CCJ, Douglas Cintra (PTB-PE), recomendou a aprovação da proposta, que altera o Código Civil (Lei 10.406/2002). Segundo

o senador, o prazo atual, de quatro anos, foi estabelecido com o objetivo de impedir uma eventual submissão do prestador do serviço ao contratante, o que é passível de acontecer quando o contrato se dá entre pessoas.

No entanto, Cintra acredita que esse risco está afastado na relação entre empresas, onde um prazo contratual maior pode gerar um melhor retorno financeiro no contrato de prestação de serviço.

Projeto isenta morador de praça de pedágio de pagar taxa

Proposta que garante isenção de pedágio a veículo cujo proprietário more ou trabalhe em município onde esteja localizada praça da cobrança foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O PLC 8/2013, do deputado Esperidião Amin (PP-SC), segue para as Comissões de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE).

O autor argumenta que a política de concessão de rodovias gerou uma espécie de punição aos moradores do

município onde está o pedágio, pois passam com frequência pela estrada onde é cobrada a taxa. O argumento foi acatado pelo relator na CCJ, Benedito de Lira (PP-AL).

Os beneficiários devem ter seus veículos credenciados pelo poder concedente e pelo concessionário e renovar esse credenciamento periodicamente. Nos casos de concessões já em vigor, o projeto permite ao concessionário pedir reajuste do valor da tarifa do pedágio, como forma de compensar a redução de ar-

recadação devido às isenções concedidas.

Valdir Raupp (PMDB-RO) apresentou voto em separado. Para o senador, a proposta afeta o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

— A aprovação provocaria um grande aumento no preço da tarifa para o restante dos usuários — argumentou.

Também votaram contra a proposta Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Simone Tebet (PMDB-MS), Alvaro Dias (PV-PR) e Marta Suplicy (PT-SP).

Comissão aprova MP sobre utilização de receitas vinculadas

A medida provisória que permite o uso de parte das receitas do Tesouro que possuem vinculação legal para o pagamento de despesas obrigatórias do governo federal no exercício de 2015 foi aprovada na comissão mista responsável por analisá-la. A MP 704/2015 segue para o Plenário da Câmara dos Deputados e deve ser aprovada também no Senado, até 31 de maio, para não perder a validade.

O relator, Benedito de Lira (PP-AL), acolheu o texto e rejeitou todas as emendas que foram apresentadas.

A MP autoriza o governo a



Comissão mista na reunião em que foi aprovada a medida, que agora segue para os Plenários da Câmara e do Senado

utilizar o superavit de receitas vinculadas que havia no Tesouro em 31 de dezembro de 2014 para cobrir despesas obrigatórias (como salários, Previdência, Bolsa Família e serviços de saúde) do exercício

financeiro seguinte.

As receitas vinculadas são aquelas que, por força de leis, já entram no caixa do Tesouro com destinação determinada e não podem ser usadas para qualquer outro pagamento.

Compensação financeira pela exploração de recursos naturais, cobranças destinadas a fundos de fiscalização setoriais e taxas e multas decorrentes de policiamento ou processos judiciais são alguns exemplos.

Na justificativa da MP, o Executivo argumenta que a arrecadação proveniente dessas fontes resulta anualmente em superavit, mas a verba excedente fica parada no caixa do Tesouro e não pode ser utilizada para atender necessidades em outras áreas.

Outro dispositivo da medida determina que quaisquer valores pagos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à União referentes a refinanciamentos e concessão de créditos devem ser usados apenas para o pagamento da dívida pública federal.

Previdência sobre acidentes de trabalho divide opiniões

Audiência debateu proposta de emenda à Constituição que transfere para a Justiça Federal julgamento de causas previdenciárias decorrentes de acidentes de trabalho, hoje a cargo dos tribunais estaduais

A TRANSFERÊNCIA PARA a Justiça Federal da competência para o julgamento de causas previdenciárias decorrentes de acidentes de trabalho motiva controvérsias. A divisão de posições sobre o tema ficou clara em audiência pública feita ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) para debater proposta de emenda à Constituição que trata do assunto, a PEC 127/2015.

Representantes do Ministério Público, da Advocacia-Geral da União e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) defendem a medida, enquanto juízes estaduais querem preservar a jurisdição sobre essas ações, exercida pelos tribunais estaduais desde 1919. Numa terceira vertente, também representada no debate, estão membros da Justiça do Trabalho, que propõem o



Regina Sousa coordena debate com especialistas e representantes do Judiciário

deslocamento dessas ações para esse ramo da Justiça.

A audiência foi sugerida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), também presidente da CDH. Defensor da mudança da competência para a Justiça do Trabalho, Paim explicou que a PEC estava no Plenário. Ontem, porém, voltou à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ),

que vai avaliar novas emendas de Paim e de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

O autor da PEC, José Pimentel (PT-CE), argumenta que a Justiça Federal tem sido mais ágil no julgamento. Outra vantagem da centralização na Justiça Federal seria a possibilidade de apresentação, em um mesmo processo, de pedido alternativo de “benefício acidentário”, além da redução de litígios provocados pelos conflitos de competência.

O presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), Antônio César Bochenek, concorda. Segundo ele, por conta de conflitos, os processos se arrastam por anos.

— A Justiça Federal já é responsável pelo julgamento das demandas previdenciárias. Portanto, é coerente que as demandas previdenciárias sejam também julgadas nessa esfera, evitando-se decisões contraditórias.

Para o procurador-chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, Alessandro Stefanutto, a atuação da Justiça estadual produz inconvenientes, a começar pelo fato de serem decisões adotadas em 27 entes federativos, com diferentes experiências de julgamentos.

O procurador-geral federal, Renato Rodrigues Vieira, reforçou a posição em favor da Justiça Federal, que entende estar capacitada a dar ao segurado assistência mais “rápida e segura” nessas causas.

Justiça trabalhista e justiças estaduais disputam competência

A juíza Heliana Maria Hess, da 4ª Vara de Acidentes do Trabalho do Tribunal de Justiça de São Paulo, defendeu a manutenção da competência na Justiça estadual. Ela salientou a capilaridade dos sistemas estaduais de Justiça e afirmou que estão sendo aperfeiçoados pelos estados, inclusive com a criação de varas especializadas em causas acidentárias.

Também se mostrou favorável à Justiça estadual Márcio Silva Coelho, que preside a Comissão de Estudos sobre Acidente do Trabalho da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional São Paulo (OAB-SP). Segundo ele, o desemprego crescente vai criar mais demandas para a Previdência e o seguro social, pressionando as varas federais com grande massa de processos. O mais prudente, avaliou, seria manter o acesso ao seguro por acidente o mais

perto possível do cidadão:

Já o juiz Luiz Antonio Collussi, da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), defendeu a atribuição das causas à Justiça do Trabalho, dizendo que todos os direitos sociais deveriam ser apreciados nesse ramo do Judiciário.

O procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho da 10ª Região, Alessandro Santos de Miranda, reforça a posição. Ele considerou anomalia manter as ações na Justiça estadual. Miranda lembrou que desde 1969 o seguro por acidente é de responsabilidade estatal. Por isso, disse, o sistema processual precisa ser atualizado.

— A PEC em análise representa um avanço, mas a magistratura trabalhista é, sem dúvida, mais propícia e sensível a temas que têm como pano de fundo as relações de trabalho — defendeu.

Debatedores defendem avaliação mais ampla da educação básica

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) deve tirar o foco exclusivo sobre o desempenho dos alunos para englobar questões mais amplas. Essa foi a análise de especialistas que participaram ontem, na Comissão de Educação (CE), de audiência pública requerida pelo senador Dário Berger (PMDB-SC). Aspectos socioeconômicos, de gestão e de infraestrutura, entre outros, devem, segundo os participantes, fazer parte da avaliação para buscar uma educação de qualidade para todos.

Prevista no Plano Nacional de Educação (PNE — Lei 13.005/2014), a análise deve ser feita a cada dois anos, sob a coordenação da União em colaboração com estados e municípios. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), do Ministério da Educação, é responsável pelo processo.

Segundo o diretor de Avaliação da Educação Básica do Inep, Alexandre André dos Santos, no ano passado foram feitos vários encontros técnicos com pesquisadores acadêmicos e dos movimentos sociais da educação. Nesses encontros, foram propostos 6 grandes eixos e 18 dimensões de qualidade. Entre eles, o eixo da universalização, por exemplo, que contempla acesso, permanência e trajetória do aluno na escola.

Para Santos, a sociedade deve participar da concepção dos instrumentos de avaliação, pois hoje o Saeb é decidido internamente pelo Inep.

— É preciso construir um espaço de governança para garantir a participação da

sociedade desde a concepção dos instrumentos de avaliação. E isso significa consolidar seja um comitê, seja um conselho em que o Inep possa dialogar com a sociedade — afirmou.

Qualidade

De acordo com Catarina de Almeida Santos, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a instituição lutou na época da formulação do PNE pela inversão da lógica de financiamento da educação que há hoje no país. Ela explicou que o governo trabalha com um total de recursos e, a partir dele, executa o que é possível. No entanto, o ideal seria saber qual é a qualidade pretendida e se organizar para garanti-la.

— Nossa lógica é inverter o parâmetro de avaliação que nós temos hoje. O parâmetro do sistema de ensino tem que ser a qualidade. Bons resultados nas avaliações têm que ser consequência — esclareceu.

Cristovam Buarque (PPS-DF) disse ser a favor da classificação das escolas para que as mal classificadas sejam impulsionadas a melhorar seu desempenho. Ele também questionou se considerar as situações socioeconômicas no contexto da avaliação não geraria uma acomodação à avaliação da escola por causa de outras justificativas. Segundo Cristovam, para que a avaliação seja nacional, o sistema também deve ser nacional.

— Enquanto o sistema for municipal e a avaliação for nacional, a gente vai ter essas desigualdades, porque as cidades são desiguais. Não podemos nos contentar em ter uma escola melhor ou pior — afirmou.

Como funciona o Saeb

Realizado desde 1990, o Saeb promove exames bienais de proficiência em matemática e língua



portuguesa (leitura), aplicados em amostra de alunos dos 5º e 9º anos do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio de escolas públicas e privadas. Também realiza a Prova Brasil, específica para escolas pú-

blicas. As avaliações produzem informações a respeito da realidade educacional brasileira por região, por estado e por rede (pública ou privada).

O Brasil tem 190 mil escolas de educação básica (que inclui a educação infantil e os ensinos fundamental e médio). São cerca de 50 milhões de alunos, 82% deles na rede pública.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Fim da reeleição para presidente vai a Plenário

Medida faz parte da PEC da reforma política, que recebeu novo texto do relator, Antonio Carlos Valadares, aprovado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

A ADOÇÃO DE regras mais rígidas para a criação de partidos e o fim da possibilidade de reeleição para presidente, governadores e prefeitos são duas medidas importantes da reforma política aprovada ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Os senadores votaram a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 113A/2015, na forma de substitutivo do relator, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que agora será submetido ao Plenário, passando por dois turnos de discussão.

O texto original da Câmara foi desmembrado ao chegar ao Senado para permitir a tramitação independente da janela partidária, tema já aprovado e promulgado. Os demais assuntos foram reunidos na PEC 113A/2015. Um deles foi a chamada cláusula de barreira, que disciplina novos partidos. O relator acolheu emenda de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) estabelecendo que, para ter direito a funcionar, o partido deve obter em cada eleição para a Câmara pelo menos 1,5% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço dos estados e com mínimo de 0,8% do total em cada um deles.

— Acho esse percentual razoável, estaremos incluindo dois partidos importantes: o PCdoB e o PSOL — disse Valadares.

A proposta da Câmara previa 2% dos votos válidos e mínimo de 1% do total de cada um dos nove estados. Se aprovada, essa cláusula será incluída na Constituição, com efeitos no acesso ao Fundo Partidário e ao chamado horário gratuito de rádio e televisão.

O texto também estabelece que presidente, governadores e prefeitos ficarão inelegíveis para os mesmos cargos no período subsequente. A reeleição de chefes do Executivo passou a valer em junho de 1997, com a promulgação da Emenda Constitucional 16/1997, no governo FHC. Na opinião de Valadares, a mudança foi um erro.

— Acreditamos que a grave

crise política atual talvez não ocorresse se mantida a opção original da República, ratificada pela Constituição de 1988, que vedava a reeleição ao chefe do Poder Executivo — disse.

Outra proibição foi a reeleição de membros das Mesas da Câmara e do Senado. Continua o mandato atual de 2 anos, mas eles não podem ser reconduzidos para o mesmo cargo na eleição seguinte.

O substitutivo acaba com a exigência de domicílio eleitoral na cidade ou no estado, para fins de elegibilidade, e veda o registro de candidatura a mais de um cargo, em uma mesma eleição, ainda que em cidades ou estados diferentes. O texto beneficia policiais e bombeiros militares, que independentemente do tempo de atividade na corporação, poderão retornar à atividade original ao final do mandato. Atualmente o militar com menos de dez anos de serviço deve se afastar da atividade para se candidatar e aquele com mais de dez anos, se eleito, passa automaticamente para a reserva.

Iniciativa popular

O substitutivo torna mais fácil a apresentação de projetos de iniciativa popular, com a exigência de ser subscrito por no mínimo 0,4% do eleitorado nacional, incluindo eleitores de pelo menos cinco unidades da Federação e com 0,1%, ou mais, dos eleitores de cada uma delas. A regra atual prevê apoio mínimo de 1% do eleitorado, distribuído por pelo menos cinco estados, com mínimo de 0,3% de eleitores de cada um deles.

Ao contrário da PEC original, o substitutivo não trata do financiamento de campanhas eleitorais. Valadares preferiu elaborar o substitutivo sem o artigo que permitia aos partidos políticos receber doações de recursos ou bens de pessoas físicas e jurídicas. Ele justifica que a doação de empresas e demais pessoas jurídicas para partidos políticos já foi



Comissão delibera sobre a proposta que define regras mais rigorosas para criar novos partidos e proíbe reeleição

Pedro França/Agência Senado

Emenda rejeitada provoca polêmica em comissão

A aprovação da PEC 113A/2015 provocou discussão acirrada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em torno da repartição do Fundo Partidário e do tempo de propaganda no rádio e na TV, com as novas regras para criação de partidos. O relator, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), rejeitou emenda de Ronaldo Caiado (DEM-GO) que trazia duas mudanças para o atual sistema político-partidário. Uma delas impediria parlamentar cassado por crime eleitoral de manter, no partido que o elegeu, a parcela correspondente ao Fundo Partidário e ao tempo de rádio e TV. A outra condicionaria a portabilidade da parcela do fundo e do tempo de propaganda eleitoral apenas àqueles que conseguissem votação acima do quociente eleitoral.

Apesar de concordar com o mérito da emenda, o relator decidiu não aproveitá-la por considerar que essa alteração não deve estar na Constituição, e sim na legislação eleitoral, posição comparti-



Valadares explica as razões que o levaram a não incluir proposta de Caiado

Pedro França/Agência Senado

lhada por Antonio Anastasia (PSDB-MG). Caiado chegou a apresentar destaque para votação em separado da emenda, que acabou rejeitada pelos integrantes da CCJ. Ele prometeu defendê-la novamente no Plenário.

Sobre a cláusula de barreira, Marcelo Crivella (PRB-RJ), Blairo Maggi (PR-MT) e Aécio Neves (PSDB-MG) criticaram o que classificaram de interferência do Supremo Tribunal Federal (STF) no assunto. Segundo eles, o que se viu depois disso foi uma explosão de novos partidos políticos.

— Quando o Supremo avocou para si a responsabili-

dade de evitar que parlamentares deixassem sua legenda e criou a tese da fidelidade partidária, os parlamentares viram que a única forma de mudar de partido seria criando um novo. Hoje temos 35 partidos no país — lamentou Crivella.

A proliferação de partidos também foi condenada por Simone Tebet (PMDB-MS), Alvaro Dias (PSDB-PR) e José Agripino (DEM-RN).

Por fim, Aécio informou que apresentará em Plenário emenda que amplia o mandato presidencial para cinco anos. O relator manteve os quatro anos atuais.

considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A doação de pessoas físicas, por sua vez, já está regulada pela Lei 13.165/2015, limitando

o valor a 10% dos rendimentos brutos do ano anterior à eleição. Valadares também retirou do texto a obrigatoriedade do voto impresso, já prevista em

lei e com expectativa de vigorar nas eleições de 2018, e manteve a idade mínima para se candidatar a cargos no Legislativo e no Executivo.

Educação pode ter verba recuperada no combate à corrupção

Recursos públicos recuperados em ações de combate à corrupção podem ser destinados prioritariamente à educação. É o que propõe Cristovam Buarque (PPS-DF) por meio do Projeto de Lei do Senado (PLS) 291/2014, aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta agora segue para votação final na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O senador afirma que a corrupção e os esquemas de lavagem de dinheiro drenam um grande volume de recursos que deveriam ser usados em políticas

de estímulo ao crescimento do país. Ele cita estudo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) mostrando que o custo da corrupção equivale a cerca de 2% do produto interno bruto (PIB), algo em torno de R\$ 118 bilhões.

O senador reconhece que houve avanço no combate à corrupção no país e na recuperação dos recursos desviados. No entanto, ele diz não haver regra para a destinação desses recursos, quando recuperados. Com o projeto, Cristovam sugere que os valores sejam destinados ao Fundo

Social, criado pela Lei 12.351/2010 e modificado pela Lei 12.858/2013, alimentado por recursos da exploração de petróleo e gás natural. Pelas regras em vigor, metade dos recursos do fundo são destinados a projetos de educação e saúde. Cabem à educação três quartos desse montante.

Ao reforçar esse fundo com recursos recuperados nas ações contra a corrupção e a lavagem de dinheiro, o senador quer fortalecer os sistemas públicos de educação, como forma de conter a prática desses crimes.

“Uma população mais educada tem

menos tolerância a atos ilícitos que envolvam atores políticos, e mais visão crítica para avaliar a eficiência dos serviços públicos prestados”, observa.

A relatora na CCJ, Simone Tebet (PMDB-MS), recomendou a aprovação da proposta, mas observou que, caso o ente lesado pela corrupção seja um estado ou município, os recursos recuperados não podem ser destinados para a União. A senadora apresentou emenda que assegura esses recursos do Fundo Social à unidade da Federação prejudicada pela corrupção, observando assim o princípio federativo.

Renan: se vier ao Senado, processo terá isenção

Presidente da Casa afirmou que, caso o pedido de impeachment da presidente Dilma seja autorizado pela Câmara dos Deputados, ele será tratado no Senado com independência e responsabilidade

“EU NÃO SOU cartomante ou quiromante para fazer previsões sobre a aprovação ou não na Câmara. A única coisa que posso garantir, e o país sabe que é exatamente isso o que vai acontecer, é que, caso o pedido de impeachment chegue ao Senado, eu o conduzirei com isenção, responsabilidade e independência”, avisou o presidente do Senado, Renan Calheiros, a respeito do andamento do processo movido contra a presidente Dilma Rousseff.

A Câmara marcou para as 14h do domingo a votação

do processo pelos deputados. — É preciso aguardar os fatos para decidir o que fazer. Se for o caso, seguiremos o calendário já adotado em circunstâncias iguais — disse Renan.

Ele reiterou que tudo tem seu tempo e que o processo de impedimento também vai ter, sendo importante observar os prazos, com isenção.

— Se o presidente do Senado não for isento e não guardar a independência e a responsabilidade que deve ter no cargo, ele acabará desequilibrando o processo e

esse não é o meu propósito. Aconteça o que acontecer, nós iremos agir sempre da mesma forma: na defesa do equilíbrio. O Senado não vai ter um presidente que vai desequilibrar o processo — afirmou.

Bancadas

Questionado sobre os líderes de vários partidos terem liberado suas bancadas para votarem como quiserem no processo de impeachment, Renan disse que não tem acompanhado os bastidores do processo.



Jonas Pereira/Agência Senado

Renan Calheiros diz que não vai tentar prever resultado de votação na Câmara

— Eu acho que esse fechamento de questão nos partidos é uma forção de barra, porque o que vamos ter é o julgamento do impeachment,

que, mais que uma questão partidária, é sobretudo uma questão de consciência — afirmou.

(Da Presidência do Senado)



Votos não estão definidos, lembra Humberto Costa

Para o líder do governo, Humberto Costa (PT-PE), não há nada resolvido sobre o pedido de impeachment de Dilma, que será votado no domingo pela Câmara.

Para o senador, nenhuma instituição séria fez uma pesquisa que dê como definida a votação.

Segundo ele, o ex-presidente Lula está mobilizando todos os esforços para conseguir o apoio para barrar o que chamou de “atrocidade contra a ordem democrática”.



Impeachment tem fundamento legal, afirma Cássio

O líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), disse que Dilma e o PT demonstram interesse em se manterem no poder a todo custo.

— A Câmara vai aprovar o pedido de impeachment porque tem fundamento.

Para ele, o processo se fundamenta no desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal. Dilma também mentiu na campanha, disse, ao garantir que a economia ia bem.

— A vontade de se manter no cargo é maior que o sofrimento do povo.



Lindbergh alerta: “Golpe deixa o mundo perplexo”

“Cresce a resistência internacional ao golpe no Brasil”, disse Lindbergh Farias (PT-RJ).

O diretor da Organização dos Estados Americanos, disse, resumiu a perplexidade internacional ao avaliar que o que ocorre no Brasil é o mundo ao contrário, porque Dilma, que não é acusada de nada ilegal, pode perder o cargo em processo aberto com o apoio de parlamentares acusados. A Argentina, disse, vê instabilidade para a América do Sul.



Para Amorim, houve crime de responsabilidade

“Não adianta o governo dizer que impeachment é golpe, pois Dilma praticou crime de responsabilidade”, segundo Eduardo Amorim (PSC-SE).

Ele disse que havia muito alertava o governo sobre o perigo de o país chegar à crise atual.

— Mas isso foi em vão.

Para ele, o país está sem rumo e isso tem de mudar. Ele defendeu o impeachment para que o governo possa sair da paralisia e vencer problemas como inflação, desemprego e insegurança.



Afastar Dilma é desrespeito a eleitor, diz Viana

Jorge Viana (PT-AC) citou entrevista em que o professor e ex-ministro Mangabeira Unger diz que o enfrentamento da corrupção não pode se dar ao custo de fragilizar a democracia. Unger afirmou, segundo o senador, que, se o afastamento de Dilma for autorizado, será um desrespeito aos 54 milhões de pessoas que a elegeram.

— Como o impeachment constará da história do país, se vier a se configurar, tendo Eduardo Cunha como seu líder?

Aécio considera que presidente foi alheia à realidade

Aécio Neves (PSDB-MG) afirmou que o governo é refém dos próprios desmandos e contradições e que Dilma chega fragilizada à votação do impeachment por ter sido alheia à realidade.

Para ele, o governo ignorou os alertas sobre a crise econômica e social, deixando de corrigir os rumos do país, e hoje é obrigado a prestar contas à sociedade.

O senador frisou que os números da crise “não são golpistas” e revelam que o Brasil vive a mais profunda recessão da história republicana.

— Qualquer que seja o resultado, temos que reconstruir este Brasil.



Ana Amélia elogia PP por apoiar afastamento

Ana Amélia (PP-RS) comemorou a decisão de seu partido de apoiar o impeachment de Dilma e entregar seus cargos no governo.

Ela classificou a decisão como “resposta soberana à crise e um ato de respeito à maioria da população”. Afirmou ainda que o posicionamento tranquilizou as bases do partido em estados que já faziam oposição, como o Rio Grande do Sul, onde a legenda apoiou adversários de Dilma em duas eleições.



Vanessa acusa Temer de vazar o próprio áudio

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que o vice-presidente Michel Temer deveria admitir que vazou de propósito o discurso que faria no caso de afastamento da presidente Dilma. Para a senadora, não é crível que a gravação tenha sido divulgada acidentalmente.

— O golpe que está em curso não é um fenômeno recente. Começou a ser preparado em 2014, coordenado pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha.



Randolfe teme perda no combate à corrupção

O combate à corrupção no Brasil será prejudicado se forem aprovados alguns projetos que estão em análise no Congresso, disse Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Segundo ele, há propostas que inibem a atuação do Ministério Público, como o PLS 233/2015, de Blairo Maggi (PR-MT), sobre procedimentos para coleta de provas no inquérito civil. Randolfe avalia que a proposta impede o acesso a bancos de dados essenciais para as investigações.



Fátima aponta maior resistência a impedimento

“Cresce em todo o país a resistência democrática à tentativa de um golpe contra a presidente Dilma Rousseff”, disse Fátima Bezerra (PT-RN).

A senadora apontou as manifestações de artistas, intelectuais, juristas e entidades representativas da sociedade, que passaram a integrar “uma rede em defesa da legalidade do mandato de Dilma”.

Para ela, os eventos pela permanência do governo federal mostram que o impeachment não passará na Câmara.



Segundo Lasier, MP da leniência é inconstitucional

Lasier Martins (PDT-RS) pediu que o Senado devolva ao Poder Executivo a Medida Provisória 703/2015, que muda a Lei Anticorrupção no referente a acordos de leniência. Para o senador, a MP é inconstitucional.

— Por dar mais rapidez à celebração de acordos com empresas acusadas de corrupção, sem a necessária participação do Ministério Público, a medida pode gerar mais prejuízos aos cofres públicos para beneficiar envolvidos na Lava Jato.



Simone faz apelo pela tolerância e contra a tensão

O acirramento político e a divisão do povo são simbolizados, segundo Simone Tebet (PMDB-MS), pela cerca montada na Esplanada dos Ministérios para separar manifestantes contra e a favor do impeachment neste domingo. A senadora clamou pela fraternidade e a solidariedade e contra os “muros” da discórdia e da intolerância.

— Há formas diferentes de administrar a coisa pública, mas há só um fim que todos devemos buscar: o bem comum.